

MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DO PROLETARIADO

MARXISM, EDUCATION AND EMANCIPATION OF THE PROLETARIAT

MARXISMO, EDUCACIÓN Y LA EMANCIPACIÓN DEL PROLETARIADO

Máuri de Carvalho¹

Resumo: No presente estudo sobre a *emancipação humana*, encimado na tradição marxista-leninista, inicio meu intento trazendo à lume o pensamento anarco-sindicalista de Bartolomeo Vanzetti e Nicola Sacco que, em abril de 1927, foram condenados à morte, nos Estados Unidos, pelo “crime” de serem anarquistas e sindicalistas. Em seguida procuro rastreando nas obras de Marx, Engels e Lenin, os elementos fundantes da verdadeira, objetiva e concreta *emancipação humana* que não pode ser compreendida recortada/descolada da *emancipação política* como sua forma final no interior da ordem mundana existente. Em síntese, é mister reportar, na contramão do senso comum dos acadêmicos, que (1) a educação deverá ser considerada como fator coadjuvante na construção da *emancipação* e (2) e a revolução a porta de entrada à construção do socialismo como transição à edificação da sociedade comunista.

Palavras-chave: emancipação; marxismo; educação.

Abstract: In the present study about *human emancipation*, based on marxist-Leninist tradition, I start my intent bringing the thought anarcho-syndicalist of Bartolomeo Vanzetti and Nicola Sacco, that in April 1927, were sentenced to death, in the United States, for the “crime” of being anarchists and syndicalists. Then I seek, investigating the works of Marx, Engels and Lenin, the foundational elements of human emancipation true, objective and concrete that can not be understood separated of *political emancipation* like its final form within the existing world order. In summary, it’s important to report, contra o senso comum de acadêmicos, that (1) the education should be seen as a supporting factor in the construction of emancipation and (2) and revolution, the gateway to the construction of socialism as a transition to the building of communist society.

Keywords: emancipation; marxism; education.

Resumen: En el presente estudio sobre la *emancipación humana*, basado en la tradición marxista-leninista, empiezo mi intención trayendo sacar a la luz el pensamiento anarcosindicalista de Bartolomeo Vanzetti y Nicola Sacco que, en abril de 1927, fueron condenados a muerte, en los Estados Unidos, por el “delito” de ser anarquistas y sindicalistas. Entonces miro, trazando las obras de Marx, Engels y Lenin, los elementos fundamentales de la verdadera, objetiva y concreta emancipación humana que no puede ser entendida recortada/desprendido de la emancipación política como su forma definitiva en el orden mundial existente. En resumen, es necesario informar, a contrapelo del sentido común de los estudiosos, que (1) la educación debe ser vista como un factor de apoyo en la construcción de la emancipación y (2) la revolución la puerta de entrada a la construcción del socialismo como una transición a la construcción de la sociedad comunista.

Palabras clave: emancipación; marxismo; educación.

Introdução

Permissa venia antes de iniciar propriamente o texto que me propus escrever, como uma espécie de chamamento à reflexão gostaria de dizer algumas palavras sobre a relação entre *emancipação humana e realidade objetiva*, devem ser entendidas como uma espécie de chamamento à reflexão revolucionária.

A reflexão revolucionária, dialógica, uma espécie de maiêutica ou método socrático de partejamento de ideias no curso do diálogo, trouxe à lume palavras proferidas pelo anarco sindicalista italiano Bartolomeo Vanzetti proferidas diante do tribunal de exceção americano no qual seria condenado. Mas qual foi o crime cometido por Vanzetti no país mais democrático e mais tolerante do Planeta?

Bem, como não poderia ser apenado por ter assumido a condição de anarquista, foi incriminado sob a acusação de assassinato de um contador e de um guarda de uma fábrica de sapatos. Neste caso ele não seria absolvido nem mesmo depois um homem admitiu em 1925 ser o autor do crime, sendo condenado à execução por eletrocução em 23 de agosto de 1927.

Diante do tribunal inquisitorial ele em sua defesa reporta-se com as seguintes palavras:

O sistema (capitalista) se baseia na força, na violência; a sociedade onde nos abrigam a viver e que queremos destruir, está toda construída sobre a violência. Mendigar, na vida, por pão, é violência. A miséria e a fome a que ficam submetidos tantos homens, é violência. O dinheiro é violência. A guerra é violência. E até o medo de morrer que todos, temos todos os dias... e pensando bem é violência.

Pensando bem, é muito estranho que ainda hoje as palavras de Vanzetti não ecoem nas consciências da maioria esmagadora da intelectualidade brasileira. Refratários à realidade objetiva os doutores da sabedoria infinita não se preocupam em discutir acadêmicas abstrações, quimeras e devaneios irrealizáveis: enquanto a violência da burguesia continua impedindo a maioria da população do acesso à inúmeras coisas, acesso aos bens materiais e intelectuais culturais que lhe emprestariam sentido humano à vida; uma vida na qual só as ideias justas podem mover os homens e mulheres para a construção da sociedade justa.

A propósito, não se pode esquecer outro exemplo de combatente contra o capitalismo, ícone da indignação contra a exploração do homem pelo homem, Nicola Sacco, outro anarco-sindicalista, camarada de Vanzetti, que também foi condenado pelo tribunal de exceção da falsa democracia estadunidense. Sacco assegurou diante dos seus inquisidores que “as ideias não podem ser destruídas, elas ficam para os jovens do futuro”. E mas ainda, dizia ele, “os pobres que nos cercam, os fracos, aqueles que choram, os perseguidos, os oprimidos, são eles os nossos melhores amigos”.

As cabeças podem ser decepadas, mas as ideias, fortes e altaneiras a desafiar o tempo, escorregam pela fenda aberta no corpo humano já inerte, exangue, pela fria lâmina manipulada por um algoz qualquer.

Com o caso Sacco e Vanzetti fica claro, vez por todas, que não acontecerá a proclamada *emancipação humana* (a meu juízo, *emancipação do proletariado*) enquanto for mantida a exploração do homem pelo homem, isto é, enquanto permanecer a ignomínia da economia política gerando pobres, explorados, extorquidos e miseráveis. Neste caso, lutar pela realização da *emancipação do proletariado* é lutar pela demolição do modo capitalista de produção da existência, ao passo com a luta pela construção da

sociedade comunista. Ademais, deve ficar claro não ser possível a *emancipação* dessa classe enquanto persistir a exploração do homem pelo homem.

À consecução da sua *emancipação* o proletariado deve empenhar todos os esforços na construção da sociedade justa, a sociedade comunista. Neste sentido é imperiosa a demolição dos fundamentos da cidade do capital e a construção da sociedade justa, na qual, e só nela, foram erradicadas a pobreza e a miséria, e onde as desigualdades materiais sociais e regionais serão apenas cicatrizes que o tempo tratará de apagar. Esta é a minha luta, esta é a minha verdade!

O significado da emancipação humana

Postas as palavras iniciais do provocador introito, pretendo rastrear na obra de Marx e Engels, conectada à obra de Lenin, o significado histórico da *emancipação humana* para em seguida esquadrihar as duas obras bateando argumentos favoráveis à *revolução social* como meio de edificação da sociedade socialista e meio à consecução da *emancipação do proletariado* em particular e causa de *emancipação da humanidade* em geral.

O marxismo desenvolveu a filosofia das luzes e superou os estreitos limites do materialismo do século XVIII sendo nos séculos XIX, XX e XXI o herdeiro do Iluminismo. O marxismo é o estudo rigoroso da vida social e do desenvolvimento do modo capitalista de produção da existência. Destarte, a *emancipação humana*, condição objetiva da *emancipação da humanidade*, tem por possibilidade primeira a *emancipação intelectual* do proletariado, e graças à revolução proletária é que a sociedade comunista deixa de ser uma utopia ou abstração para se tornar realidade na forma da sociedade sem classes.

O marxismo demonstra que a liberdade é a consciência da necessidade e a capacidade de atender essa necessidade. Esta concepção de liberdade aponta para o desaparecimento da velha antinomia entre liberdade e determinismo, mostrando que a liberdade dos homens e mulheres trabalhadores está ligada não à limitação da ciência, hoje posta a serviço da burguesia, mas, ao contrário, ao seu pleno desenvolvimento.

A concepção marxista da história reporta que a *liberdade real* é uma construção dos homens e mulheres no decorrer do longo desenvolvimento social, econômico e político de uma sociedade determinada. A afirmação da *liberdade real* exige não a afirmação, mas a negação do milagre, à medida que o marxismo não pretende dar a ninguém um futuro antecipado e conhecido, na verdade, ele apenas pretende, e consegue, decifrar os fatos, descobrir-lhes o sentido comum e sem dispensar o recomeçar, nos permite discernir a direção dos acontecimentos, nos permite navegar com vento favorável e no contra-vento para um porto seguro.

Liberdade econômica e emancipação intelectual caminham juntas, de modo que na *Contribuição a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Marx reporta que a filosofia deve descer a terra para exacerbar a crítica do céu pela crítica social, para mudar “a crítica da religião em crítica do direito, e a crítica da teologia em crítica da política” (MARX, 1989, p. 78).

Para os marxistas revolucionários, a crítica não era um fim, mas apenas um meio; e a indignação era o seu modo essencial de sentir, pensar e fazer, sendo a denúncia do que está posto sua principal tarefa. Mas se não se pode substituir a *crítica das armas* pelas *armas da crítica*, contudo há que se admitir o papel coadjuvante das *armas da crítica* na transformação da sociedade pela *crítica das armas*.

A crítica elaborada por Marx apontava como *imperativo categórico* a necessidade da demolição de todas as condições nas quais os homens trabalhadores surgiam como seres humilhados, escravizados, abandonados, desprezíveis - condições que, no dizer do próprio Marx, “dificilmente se exprimirão melhor que na exclamação de um francês, por altura da proposta de imposto sobre cães: *Pobres cães! Já vos querem tratar como homens!*” (MARX, 1989, p. 86).

Penso que se ainda hoje o marxismo é um convite à ação política, à luta revolucionária, “apesar de tudo o que aconteceu e está acontecendo no mundo, continuamos a crer que o marxismo é a filosofia do nosso tempo” (CORBISIER, 1997, p. 19).

A abordagem da economia política elaborada por Marx, seguida à risca por Lenin no contexto soviético, é a única que nos habilita a explicar toda a amplitude da história humana e constitui o mais frutífero ponto de partida para a discussão moderna em torno da possibilidade comunista.

Não se pode pensar ou estabelecer a querela sobre a *emancipação política* e a *emancipação do proletariado* sem, primeiro compreender que o que está grafado n’O *Capital* a demonstrar a validade do prognóstico do seu autor quanto à depauperação da classe operária e resultado direto do desenvolvimento do capitalismo; além de demonstrar de forma irretorquível o labirinto no qual foram colocados os operários e trabalhadores assalariados.

Este prognóstico formulado há pelo menos 150, lavrado nos seis volumes d’O *Capital* é irretocável, pois de acordo com o que está escrito no capítulo XXIII, que trata da *A lei geral da acumulação capitalista*:

Todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo de seu trabalho transformado em tormento; [...] desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capital (MARX, 1982, p. 748).

Sem embargo, está posta a contradição insolúvel sobre os limites do próprio capitalismo: a medida que se acumula o capital (diferentemente do que pregam os intelectuais da burguesia e seus acólitos), piora a situação do trabalhador, suba ou desça sua remuneração. Como sentenciava Marx, “a acumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital”. (MARX, 1982, p. 749).

Mais ainda. À constante diminuição do número de capitalistas que usurpa e monopoliza todas as vantagens do processo de extorsão da força de trabalho, de um lado, se acrescenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração (MARX, 1982).

A validade empírica do prognóstico de Marx, apontado em sua obra, mais de cento e cinquenta anos depois de sua publicação foi abandonada inclusive por setores da esquerda marxista que se diziam ortodoxos, afirma como inexorável a depauperação absoluta e não apenas relativa do proletariado. Seguindo o raciocínio de Marx o trabalhador vive hoje em condições notavelmente piores que em 1800. Nas circunstâncias atuais de depauperação e precariedade vivem quase todos os trabalhadores industriais. E os que escapam constituem uma parte relativamente pequena da população mundial.

São exatamente estes os frutos malditos do fracasso mundial do capitalismo: mais miséria, mais fome, mais enfermidades como nunca ocorreu na história da humanidade. Marx tinha razão ao prognosticar a depauperação absoluta da classe operária levada a termo e a cabo na sociedade capitalista.

A emancipação política

A *emancipação política*, apontada por Marx, representa um grande avanço no interior das relações sociais, embora, não constitua, “a forma final de emancipação humana”, mas, tão somente, “a forma final de emancipação humana dentro da ordem mundana até agora existente” (MARX, 1989, p. 47).

Noutra assagem Marx deixa clara a relação entre a *emancipação política* e a *emancipação humana*, reportando-se da seguinte maneira: “Se desejardes emancipar-vos politicamente, sem vos emancipardes humanamente, a inadequação e a contradição não residem inteiramente em vós, mas na *natureza* e na *categoria* da emancipação política” (MARX, 1989, p. 53).

Analisa os direitos do homem (configurados na Constituição Francesa de 1793) de forma concreta e evidencia contradições insolúveis sobre o capitalismo. Assim, quando se reporta aos valores republicanos de 1789 – *égalité, liberté, sureté, fraternité et résistance à la tyrannie* – o faz localizando quem é esse homem ou quem são os homens a quem esses direitos estão dirigidos.

Não é a todos os homens, mas aos homens burgueses aos quais foram dirigidos e assegurados esses direitos. Por isto, ele vai dizer respondendo a pergunta: em que consiste a liberdade, senão que é “a aplicação do direito de liberdade é o direito de propriedade privada”? (MARX, 1989, p. 57).

Mas em que consiste esse direito, que ainda hoje os intelectuais de esquerda invocam como direito universal? Tomando por base o *Art. 16 da Constituição Francesa de 1793*, Marx faz o seguinte comentário: “O direito humano de propriedade privada, portanto, é o direito de fruir da própria fortuna e de dela dispor como se quiser, sem atenção pelos outros homens, independentemente da sociedade. É o direito de interesse pessoal” (MARX, 1989, p. 57).

Quer me parece que estamos aqui diante do *jus utendi et abutendi* do homem burguês e não de qualquer outro homem. Estamos diante do direito do homem burguês que vê “nos outros homens, não a *realização*, mas a *limitação* da sua própria liberdade” (MARX, 1989, p. 57).

Está criado o impasse subjetivo, pois o homem burguês acredita que será limitado, pelos outros homens, os não burgueses, na construção do caminho à sua própria liberdade, liberdade pessoal e egoísta. Neste sentido, examinando outro direito, o direito à *sureté* (cf. *Art. 8º da Constituição Francesa de 1793*), Marx

escreve: “O conceito de segurança não chega para elevar a sociedade civil acima do próprio egoísmo. A segurança surge antes como a *garantia* do seu egoísmo” (MARX, 1989, p. 58).

O egoísmo burguês é um retrato fiel de um indivíduo que foi e está confinado em si mesmo, ou seja, confinado ao seu interesse privado e ao seu capricho pessoal. O próprio Marx, no trato da *emancipação humana*, considera tal fato um assunto incompreensível quando a cidadania é posta na ordem do dia como “meio à preservação dos chamados direitos humanos que mais não são que os direitos do homem *bourgeois* e não do *citoyen* “considerado como o homem verdadeiro e autêntico” (MARX, 1989, p. 59).

Sob a *emancipação política*, Marx comenta ainda que ela “é ao mesmo tempo a dissolução da antiga sociedade, sobre a qual assentam o Estado e o poder soberano estranho ao povo. A revolução política é a revolução da sociedade civil” (MARX, 1989, p. 60).

Elemento central desse processo é a liberdade, sobre a qual Marx analisando o movimento histórico de passagem do feudalismo para o capitalismo, reporta “que o homem *bourgeois* não ficou liberto da propriedade, recebeu a liberdade de propriedade. Não foi libertado do egoísmo do comércio, recebeu a liberdade para se empenhar no comércio” (MARX, 1989, p. 61).

Temos diante de nós uma “verdade” que vaza os séculos: em primeiro lugar, não se pode pensar em cidadania e em liberdade sob a égide do mercado capitalista, onde os homens não são livres, mas presos à racionalidade econômica (o lucro como motor das ações burguesas) e à lógica do consumo conspícuo (o ter como condição primordial de *status* social e político); em segundo lugar, não há uma real emancipação humana na sociedade sob o primado da divisão social estancada entre homens e mulheres, de um lado, os de primeira ordem (uma espécie de alto clero) e, do outro lado, os de segunda, terceira e quarta ordens (uma espécie de baixo clero que mais se parece com saco de gatos).

Vejam isto. Após uma longa citação de Rousseau, localizada no “*O contrato social*”, Marx refere que:

Toda emancipação constitui uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem. [...] A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver (a necessidade do resgate da subjetividade) em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (*forces propres*) como funções sociais, de uma maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (MARX, 1989, p. 63).

Penso que a *emancipação intelectual* do proletariado, enquanto passo à emancipação humana em geral, sem a restituição ou resgate, para si, do mundo humano, mundo do trabalho e do lazer que se encontra alienado pelas forças do mercado capitalista e das relações individuais e sociais (coletivas), é um mero engodo teórico ou fraseologia parva!

Na *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel*, Marx retoma a discussão sobre a *emancipação universal*, o fazendo sob a marca da crítica (I) que não separava a emancipação humana da *revolução radical*, (II) que combatia o discurso sobre a *revolução parcial*, aquela que deixava intactos os alicerces da velha sociedade ou do novo *ancien régime*.

Nessa perspectiva, a *emancipação humana* não pode ocorrer por ocasião de uma revolução parcial na qual ou por intermédio dela apenas uma classe se emancipa, seus objetivos e seus interesses imediatos

ou estratégicos e de longo prazo, não são verdadeiramente os objetivos e interesses da sociedade em geral, isto é, das demais classes existentes nesta determinada sociedade.

Exemplos edificantes das ponderações de Marx são as revoluções democráticas burguesas ocorridas ao longo dos últimos quatro séculos, isto é, do século XVII ao século XX. Mas, pergunta Marx, onde existe (tratava-se da Alemanha do século XIX) a possibilidade possível de *emancipação*?

A priori, ele diz que nenhuma classe social será capaz de conseguir uma *emancipação em geral* se não for forçada por sua “situação imediata, pela necessidade material e pelos próprios grilhões”. (MARX, 1989, p. 92)

Com efeito, a *positiva emancipação* ou sua possibilidade existe:

Na formação de uma classe que não seja uma classe da sociedade civil, de uma classe que seja a dissolução e todas as classes, de uma esfera eu possua o caráter universal porque os seus sofrimentos são universais e que não exige uma reparação particular, porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o mal em geral, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano; de uma esfera que não se oponha a conseqüências particulares, mas que se oponha totalmente aos pressupostos do sistema político (alemão): por fim [...] a dissolução da sociedade, como classe particular, é o proletariado. (MARX, 1989, p. 92).

Desnecessário dizer que a verdadeira *emancipação do proletariado* só será possível quando for adotado na prática “o ponto de vista da teoria, segundo a qual o homem é para o homem é ser supremo”. (MARX, 1989, p. 93).

Tal não é uma perspectiva idealista de Marx, nada disso! Ele não está a reportar-se ao homem em geral, abstrato, idealizado, pensado, imaginado, homem hegeliano, mas aos homens que, premidos por grilhões atávicos – objetivos e subjetivos –, concluem que nenhum tipo de servidão será abolido, se toda a servidão não for abolida. Parafraseando Marx, eu diria que a emancipação humana tem no proletariado o seu coração e no marxismo (na filosofia) sua cabeça.

Nos *Manuscritos de 44, Primeiro Manuscrito/OTrabalho Alienado*, Marx deixa claro que:

A emancipação da sociedade quanto á propriedade privada, à servidão, toma forma de política de emancipação dos trabalhadores; não no sentido de que somente está implicada a emancipação dos últimos, mas porque tal emancipação inclui a emancipação da humanidade enquanto totalidade, uma vez que toda a servidão humana se encontra envolvida na relação do trabalho á produção e todos os tipos de servidão se manifestam exclusivamente como modificações ou conseqüências da sobredita relação. (MARX, 1989, p. 170)

No *Terceiro Manuscrito (Propriedade Privada e Comunismo)* devo apontar que para este escriba, neste exato momento, só consigo pensar e antever a emancipação humana sob dois aspectos: no primeiro, a *revolução socialista* é posta como fundamento da construção da emancipação almejada pelos oprimidos ao longo dos séculos; na segunda, o *comunismo* representa o coroamento das lutas sociais populares, por representar definitiva e fundamentalmente:

A abolição positiva da propriedade privada enquanto auto-alienação humana e, deste modo, a real apropriação da essência humana pelo e para o homem. É, portanto, (o comunismo) o retorno do homem a si mesmo como ser social, quer dizer, verdadeiramente humano; retorno esse pleno e consciente que assumiu toda a riqueza do desenvolvimento anterior. [...] É a verdadeira solução do conflito entre a existência e a essência, entre a objetivação e a auto-afirmação, entre a liberdade e a necessidade,

entre o indivíduo e a espécie. É a decifração do enigma da História esta consciente de ele próprio ser essa solução. (MARX, 1989, p. 192).

Destarte, a *emancipação da humanidade* inteira tem por condição fundamental a *emancipação do proletariado*, e será graças à revolução proletária e à construção da sociedade comunista que a sociedade verdadeiramente humana deixa de ser uma abstração para tornar-se realidade, na forma da sociedade sem classes.

Marx mostra que a liberdade é a consciência da necessidade. Efetiva e paradoxalmente, desaparece a antinomia liberdade x determinismo e a realização da liberdade dos homens e mulheres trabalhadores, condição de sua *emancipação* e da *emancipação de toda a sociedade*, sob a ótica do marxismo são impensadas sob as limitações impostas pela ciência, como instrumento da acumulação e ampliação do capital, mas possibilidades possíveis a partir do seu pleno desenvolvimento (da ciência).

A *liberdade real*, enquanto construção histórica de homens e mulheres numa sociedade determinada, Marx coloca no lugar da *liberdade fantástica* dada de uma vez por todas, por um tirano, caudilho ou demiurgo. Mesmo porque, a afirmação da *liberdade real* exige a negação do milagre.

A crítica marxista *revolucionária* surge como meio à supressão do modo de produção capitalista e faz com que os homens passem *do reino da necessidade para o reino da liberdade* como concretização da verdadeira *emancipação humana*.

Neste sentido, a obra de Marx e Engels, como a obra de Lenin, foi construída não como teoria do conhecimento que separa o sujeito do objeto, “que separa o indivíduo do grupo social, o homem da história, o cientista do moralista, o homem culto do ignorante e o burguês do operário” (SEVE, 1966, p. 52).

Marx além de elaborar um método de pesquisa e exposição, constrói uma teoria do conhecimento, uma filosofia como linha de ação revolucionária que se propõe superar as contradições do real, que todas as demais doutrinas e teorias do conhecimento se limitam a refletir.

O marxismo está estreitamente ligado à realidade, em sua gênese e sua evolução, porque nasce da realidade e do esforço dos homens trabalhadores para conquistar a *emancipação intelectual e política* diante do modo de produção que nega sua humanização plena. Portanto, é preciso restabelecer a relação da teoria com a prática, com a realidade, ainda que a antiga lógica impeça a compreensão dessa relação.

Marx e Engels recolocam a filosofia na luta política e científica; devolvem à inteligência humana sua verdadeira e original função de organizadora da conduta dos homens e mulheres trabalhadores para erradicar os estreitos limites da sociedade burguesa entre os quais se encontram desumanizados. Marx proclamava a necessidade do restabelecimento da unidade e da dignidade do homem trabalhador.

E tem mais. Marx faz ver ao leitor atento que o homem pode se tornar verdadeiramente livre, verdadeiramente *emancipado politicamente*, mas para que isto ocorra é necessário demonstrar que o Estado capitalista e a dominação da burguesia industrial, fundiária e financeira têm que ser destruídos.

Marx tem razão. Sabemos da existência de bilhões de pobres mais e milhões de miseráveis entre um espectro cada vez menor de magnatas mais ricos. Tal foi o prognóstico formulado por Marx e grafado n’O *Capital*, obra na qual Marx formulou e lavrou a “lei geral da acumulação capitalista”. Para nosso

esclarecimento não foram os intelectuais comunistas, os marxistas ou leninistas que elaboraram os dados demonstrativos da validação empírica dessa lei.

São as instituições serviçais do capitalismo mundial, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, a Organização das Nações Unidas e suas Agências, que os reuniram, calcularam e publicaram.

Os números do fracasso mundial do capitalismo o apontam como sistema incapaz de satisfazer as mais mezinhas ou mínimas necessidades dos trabalhadores. Esses números são inquestionáveis e a depauperação absoluta do proletariado reforça a “lei” formulada pelo alemão de barba estranha.

Neste sentido, só podemos pensar em emancipação humana como emancipação de toda a sociedade compreendendo que o modo de produção capitalista é uma fábrica contínua de produção de miséria. E nessa fábrica

Todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo de seu trabalho transformado em tormento; desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capital (MARX, 1982, p. 748).

A situação da classe operária se agrava, suba ou caia os níveis da exportação, suba ou desça o superávit primário, suba ou diminua a massa salarial no tocante ao aumento do PIB nacional. É fato do qual não se pode fugir que na cidade do capital, observa-se a acumulação exacerbada de riqueza em poucas mãos, *pari passu* com a acumulação de miséria e trabalho atormentante, escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral da classe social cujo produto vira capital para o deleite dos ricos.

As obras de Marx, Engels e Lenin estão na contramão do conhecimento neutro e da ciência para todos; da economia política como ordenação monetária e financeira da vida societária, a ciência da parcimônia; do Estado mínimo ou máximo sempre a serviço de todos os cidadãos; das bandeiras da moderna burguesia: igualdade, liberdade, democracia e fraternidade como categorias formais e abstratas.

Como costumava lembrar Rosa Luxemburgo, as velhas e desgastadas bandeiras da burguesia são em seu conjunto o velho “cavalo cavalgado há milênios por todos os reformadores do mundo inteiro, esse *Rocinante* estafado sobre o qual os *Dom Quixote* da História galoparam” (LUXEMBURG, 1967, p. 167).

E ainda galopam arrebanhando os excluídos aos “currais” dos quais a burguesia não pode prescindir.

Neste sentido, não haverá *emancipação política* e nem *emancipação humana* enquanto a esmagadora maioria dos trabalhadores mundiais viver oscilando entre as zonas rurais e as áreas urbanas à cata de emprego, de alimento e de moradia digna. Estes contingentes humanos certamente vivem em piores condições que seus antepassados há quinhentos anos. Uma coisa é certa, têm uma dieta menos equilibrada, ainda que tenham mais probabilidades de sobreviver aos seus primeiros cinco anos de vida, contudo duvidamos que as esperanças de vida dessa população a partir dos primeiros cinco anos sejam maiores que antes.

Ninguém de sã consciência ignora que os trabalhadores trabalham mais, isto significa mais horas por dia, por ano, por vida. E dado que o fazem por uma recompensa total inferior aquela que recebiam seus antecessores, a taxa de exploração foi aumentada fortemente. O desenvolvimento da maquinaria para o melhor funcionamento do capitalismo configura um marco ideológico de humilhação opressiva muito superior a que havia existido nas formações socioeconômicas antecedentes ao capitalismo histórico.

Definitivamente, tanto em termos materiais como intelectuais, está em andamento a depauperação absoluta da classe operária e dos trabalhadores assalariados. De maneira que, estabelecer a reflexão crítica sobre a realidade brasileira é pressupor a crítica à concepção de mundo dominante e, obviamente, a crítica à filosofia hegemônica, procurando localizar as estratificações consolidadas nos movimentos populares devido à introjeção do ridículo doutrinário da burguesia.

Para o marxismo, como apontava Lenin, “a política é a expressão concentrada da economia. [E] a política não pode deixar de ter a primazia sobre a economia. Raciocinar doutro modo significa esquecer o *a-bê-cê* do marxismo” (LENIN, 1977, t. 3, p. 443).

Côncio das deformações predicadas contra o marxismo, Lenin entendia que:

Os interesses mais essenciais, decisivos, das classes, só podem ser satisfeitos, em geral, por transformações políticas radicais; em particular, o interesse econômico fundamental do proletariado só pode ser satisfeitos por meio de uma revolução política que substitua a ditadura burguesa pela ditadura do proletariado (LENIN, 1977, t. 1, p. 112).

Apesar do esforço para sintetizar algumas ideias de Marx, considero importante refrescar a memória dos leitores com duas citações ilustrativas, a primeira é tão arquivamosa como arquivada e está grafada no *Manifesto do Partido Comunista*: o lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes antagonicas, será ocupado por uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada qual será a condição do livre desenvolvimento de todos. Logo a produção prática do *mundo objetivo*, a transformação da natureza inorgânica, confirma a tese de que o homem é um ser consciente e um ser prático, por isto ele se:

Apropriada do seu ser omnilateral e omnicomprensiva (ou sua essência universal de forma universal), portanto, como homem total. Todas as suas relações *humanas* ao mundo – visão, audição, olfato, gosto, percepção, pensamento, observação, sensação, vontade, atividade, amor – em suma, todos os órgãos de sua individualidade como também os órgãos que são diretamente comunais em sua forma, são no seu comportamento *objetivo* ou no seu *comportamento perante o objeto*, a apropriação do sobredito *objeto*, a apropriação da realidade humana. (MARX, 1989, p. 197).

A apropriação da realidade humana, a maneira como o homem reage ao *objeto*, é a afirmação dessa realidade polifacetada, pois múltiplas são as determinações da natureza humana e suas atividades “a *eficiência* humana e o *sofrimento* humano, já que o sofrimento humano considerado é uma autoafirmação (gozo) do homem”. (MARX, 1989, p. 197).

Esta crítica de Marx é erguida contra a ignomínia das relações sociais de produção capitalistas, isto é, contra o mundo da propriedade privada onde só considera-se *objeto* aquilo que existe como capital ou o que é possuído, comido, bebido, transportado no corpo, habitado etc., numa palavra, quando é utilizado.

Diante disto, a supressão da propriedade privada é a condição *sine qua non* da *emancipação dos sentidos* humanos e de todas as qualidades humanas e à esta emancipação só se pode chegar porque os sentidos e as qualidades se tornaram *humanas*, tanto subjetiva como objetivamente.

De maneira que se “o olho tornou-se um olho *humano*, no momento em que o seu *objeto* se transformou em objeto *humano*, social, criado pelo homem para o homem, (então) os *sentidos* tornaram-se diretamente teóricos na sua prática”. (MARX, 1989, p. 197).

Sob esta premissa não há o humano *a priori*, quer dizer, o homem não nasce humano, se torna humano sob as condições históricas concretas, tanto aquelas produzidas por sua vontade como as previamente encontradas produzidas por gerações pretéritas, que ocorre o processo de humanização. O homem é produto e produtor da história e de sua própria humanidade.

A falsa apologia

Com a apologia do triunfo da justiça, da moral e da liberdade dentre outras mentiras infernais protagonizadas pela intelectualidade burguesa, a classe dominante procura limitar / reduzir / retalhar a *emancipação do intelectual e política* dos operários para impedir que forjem uma lei de bronze a proibir a jornada de trabalhar além de quatro horas / dia e extinguir a mais remota possibilidade jurídica da exploração do homem por outro homem.

Convém lembrar que se a fome torce as entranhas, dá cabo dos neurônios e alucina cérebros, então os operários e trabalhadores irmanados precisam compreender o funcionamento do capitalismo para um dia proclamarem, como apontava Paul Lafargue: “Ó preguiça, tem piedade de nossa atávica e longa miséria! Ó preguiça, mãe das artes e das nobres virtudes, sê o bálsamo das nossas angústias”.

O capitalismo famélico de sangue e suor ao se lançar na aventura de dominar todas as Nações do planeta faz com que a precariedade se espraie em todos os lugares. Diante deste fato incontornável para que servem as discussões intelectuais sobre a centralidade do trabalho ou sobre a centralidade do lazer, senão para “evidenciar a precariedade da vida dos trabalhadores como produto da *vontade política* e não apenas da *fatalidade econômica*” (BOURDIEU, 1998, p. 123).

Para além da *fatalidade econômica*, essa precariedade força os operários e trabalhadores assalariados à submissão, à aceitação da exploração e da extorsão de parte da sua jornada de trabalho. E se há novas relações de trabalho não é inteligente esquecer que elas estão centradas numa expressiva na bem sucedida exploração capitalista:

Fundada na divisão entre aqueles que, cada vez mais numerosos, não trabalham e aqueles que, cada vez menos numerosos, trabalham, mas trabalham cada vez mais. As ‘novas’ relações de trabalho são estribadas no desemprego que destrói aqueles que atingem, suprime suas defesas e suas disposições subversivas (BOURDIEU, 1998, p. 125-128).

Essas relações revelam e reafirmam a existência de trabalhadores:

Temporários, substitutos, supletivos, intermitentes, interinos na indústria, no comércio, na educação, no teatro ou no cinema, mesmo que imensas diferenças possam separá-los dos desempregados e também entre si, todos eles vivem com medo do desemprego, e, muitas vezes, sob ameaça da chantagem exercida sobre eles pelo desemprego (BOURDIEU, 1998, p. 130).

Confundindo as coisas da lógica com a lógica das coisas; se condena como arcaicas e retrógradas as reivindicações – greves, piquetes e similares – e as revoltas à invocação dos direitos adquiridos ameaçados de degradação ou de destruição por medidas repressivas ou medidas provisórias, curiosamente, eternas.

A ingenuidade é deletéria. Não somos ingênuos! Não acreditamos na tese burguesa do pleno emprego para todos os homens e mulheres da classe trabalhadora numa sociedade capitalista; não acreditamos que o inútil, o supérfluo ou, então, as facetas sofisticadas da cultura, produzidas e acumuladas historicamente serão devidamente incorporadas livremente por todos os homens e mulheres sob o capitalismo.

Vejam o que diz Marx no *Terceiro Manuscrito*: “No interior do sistema da propriedade privada cada homem especula sobre a maneira como criar no outro uma *nova* necessidade para forçar a novo sacrifício. Todo produto novo constitui uma nova potencialidade de mútuo engano e roubo” (MARX, 1989, p. 207).

Se a *emancipação humana* passa imprescindivelmente pelo atendimento às suas necessidades históricas e sempre renováveis então, que proletário pode utilizar as diversas e sofisticadas manifestações da cultura esportiva, das artes, da música, pintura etc.?

Quantos trabalhadores e trabalhadoras podem pagar pelo luxo de uma noite de rega-bofe numa sofisticada *fromagerie* em determinada tarde a mandriar nas grandes metrópoles?

Delírio à parte, não há *emancipação humana* enquanto o trabalhador for tratado como mercadoria barata, e se isto acontece é porque no capitalismo o produto do trabalho não pertence a quem produz, isto é, o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, mas à outro homem. Ora, na racionalidade econômica capitalista, se, por um lado, a atividade do trabalhador constitui um tormento para ele, por outro lado, é fonte de gozo e de prazer para o capitalista.

É preciso desmentir aqueles que partem de pressupostos nos quais o conceito de humano emerge da compreensão unívoca, onde o homem não é compreendido como produtor e produto das relações sociais de produção, e nem como ser de circunstâncias e gerador de circunstâncias, ser que ao transformar a natureza, por ela é necessariamente transformado.

Marx relata que “o processo de trabalho subsume-se no capital (é o processo do *próprio* capital), e o capitalista entra nele como dirigente, como guia; para este é ao mesmo tempo, de maneira direta, um processo de exploração do trabalho alheio” (MARX, 1989, p. 167).

Subsumir-se significa incorporar-se a; identificar-se forçosamente com..., de modo que, o subsumido é aquele que de há muito perdeu o sentido e o significado da vida. Neste processo, o operário deixa de ser ele mesmo e passa a ser um simulacro do patrão, resultado lógico: operário padrão.

O processo de negação do operário é, por conseguinte, a dominação da coisa sobre o homem, do produto sobre o produtor e “na produção material, no verdadeiro processo da vida social - pois é isso o processo de produção - dá-se exatamente a *mesma* relação que se apresenta na *religião*, no terreno ideológico: a conversão do sujeito em objeto e vice-versa”. (MARX, 1985, p. 56).

O motivo que incita o operário moderno a trabalhar, é muito mais violento que o que incitava o escravo: o operário moderno tem que escolher entre trabalhar duro e morrer de fome, enquanto o escravo tem que escolher entre trabalhar e amarrado ao pelourinho levar algumas chicotadas.

Para continuar a prosa sobre a *emancipação humana*, vejamos o que diz Marx:

A diferença entre as situações de um escravo e a de um operário submetido ao sistema monetário é de monta: [...] o senhor de escravos conhece demasiado bem os seus interesses para saber que não deve debilitar os seus próprios escravos regateando-lhes a alimentação; mas o senhor do homem livre dá-lhe o mínimo possível de comida, pois *o dano infringido ao operário não recai exclusivamente sobre aquele, mas sobre toda a classe dos senhores*. [...] Se a humanidade não fosse forçada a trabalhar, *os homens trabalhariam apenas para si próprios*; [...] os escravos foram obrigados a trabalhar o solo que os alimentava a eles e aos homens livres desocupados... Nessa época, os homens eram obrigados porque eram escravos de outros, hoje são obrigados a trabalhar porque estão escravizados às suas necessidades (MARX, 1985, p. 96).

A contradição permanece e é imanente às sociedades capitalistas, tal como foi apontada por Marx; contradição entre socialização das forças produtivas e apropriação privada dos meios (e instrumentos) de produção e dos produtos desse processo. No século XX e início do século XXI essa contradição exacerbou-se com a massiva automação empreendida pela indústria, bancos, empresas etc.

Os efeitos perversos da automação se manifestam claramente (i) na diminuição do contingente de força de trabalho economicamente ativa (os trabalhadores formais); (ii) no aumento incontido de um exército de trabalhadores a engrossar o que se conhece como mercado informal – o mundo dos biscates e dos produtos contrabandeados; e (iii) no incremento da exploração da força de trabalho e da extorsão da mais valia relativa e absoluta dos operários e trabalhadores que permanecem presos às indústrias e empresas privadas.

Para a classe trabalhadora não há esperança no curto prazo, não há *emancipação política* no horizonte, vez que “o processo capitalista de produção não é meramente produção de mercadorias; é um processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios para sugar trabalho não pago” (MARX, 1985, p. 115).

Se for verdade como anunciava Lenin que *toda prática revolucionária necessita de uma teoria revolucionária*, então, qual será a teoria nos ajudará a compreender a realidade e a transformá-la?

Segundo os guardiões ideológicos do capitalismo, Lenin exagerou, pois não se trata de optar pela melhor teoria dentre as diversas teorias - marxismo, positivismo, fenomenologia, existencialismo, etc. -, tal atitude só é compatível com a postura dogmática, anti-científica e não comprometida com a efetiva *emancipação política* da classe trabalhadora.

A crítica a Lenin é absolutamente nefasta do ponto de vista político à burguesia e à pequena burguesia. E é nefasta à medida que a diversidade, o pluralismo e o *ecletismo* são apenas discursos, pois na prática se trata de neutralizar o marxismo ou facilitar sua adequação e assimilação ao universo ideológico próprio ao capitalismo contemporâneo.

Vamos a Lenin para dizer que em sua perspectiva não há *emancipação humana* sem *emancipação intelectual* e não haverá a *emancipação intelectual do proletariado* numa sociedade onde imperam o *dogmatismo* e o *sectarismo*.

A manutenção da prevalência da teoria sobre a prática é o húmus fértil sobre o qual surgem e ressurgem vigorosos o dogmatismo e o sectarismo, com os quais se apregoa a possibilidade da *emancipação intelectual* da classe operária sob o capitalismo em sua forma democrática. Essa proposição é *dogmatismo* puro por apresentar o discurso, a teoria dissociada, descolada e em desacordo com as exigências da prática. É *dogmatismo* porque, como escreve Lenin em *Quem são os ‘amigos do povo’ e como lutam contra a socialdemocracia*, o critério sob o qual a teoria é construída, “não é a sua conformidade com o processo real do desenvolvimento socioeconômico supostamente estudado” (LENIN, 1981, t. 1, p. 325).

Sem embargo, o *sectarismo* se exerce quando a tarefa da intelectualidade é reduzida não a contribuir efetivamente com a organização do proletariado, mas a afirmar como imprescindível a necessidade de intelectuais de tipo especial ou pairando sobre as classes se pegando a dentadas.

É necessário refletir sobre a seguinte premissa sem a qual não se sairá do exercício da “achologia” nefasta ao desenvolvimento do conhecimento científico e filosófico:

Só é possível compreender uma teoria quando a mesma é analisada de forma radical; só é possível defender uma teoria de forma radical e só é possível criticar uma teoria de forma radical. Caso contrário, o pensamento permanece na superfície e nas aparências. Não sendo, portanto, um pensamento que mereça o adjetivo de teórico (DUARTE, 2000, p. 175).

A ausência de rigor acadêmico faz com que os críticos de Marx, Engels e Lenin não percebam a seguinte contradição inerente à sociedade brasileira: se por um lado, teoricamente os operários e trabalhadores estão liberados para o mundo do lazer e do rega-bofe – o mundo do não trabalho, do inútil, do supérfluo –, por outro lado, a prática dessa situação desponta como inexecutável à medida que ela não pode prescindir: (1) da socialização dos meios e instrumentos de produção, hoje nas mãos dos capitalistas e latifundiários, como da produção, distribuição e do consumo; (2) e da erradicação da propriedade privada (SAVIANI *apud* FREITAS, 1996, p. 182).

Este quadro, segundo Saviani, que se descortina no limiar do terceiro milênio coloca a todos nós uma encruzilhada: ou “superação do capitalismo ou destruição da humanidade e do planeta; socialismo ou barbárie”. (SAVIANI, 1996, p. 183).

Neste sentido, todas as formas de lazer usadas no tempo livre, livre do trabalho que mutila, de forma incontornável tornam-se cada vez mais espaços privilegiados e manipulados pela classe dominante para (1) alienar profundamente os trabalhadores e operários; (2) aviltar, pela manipulação da *subjetividade*, esses indivíduos esvaziando-os de qualquer conteúdo moral ou ético; (3) fazer com que o sentir-pensar-agir seja sempre, em conformidade, com os estereótipos criados pela burguesia.

Não é admissível ignorar que na cidade do capital os trabalhadores são forçados à conversão de seu “ser genérico” (auto-realizador) em mera ferramenta a serviço do capitalista e à sua sobrevivência unicamente material. E enquanto na teoria são empenhados pela ridícula e tosca pregação cujo valor supremo é o individualismo, na prática, são reduzidos a unidades anonimamente intercambiáveis.

Só a crítica radical pode colocar o proletariado em condição de assenhorear-se da consciência da miséria, moral e física, e de sua humanidade desumanizada, para executar “a sentença que a propriedade privada pronunciou contra si mesma gerando o proletariado. A miséria que lhe é imposta inevitavelmente

expressão prática da necessidade – obrigam-no a se revoltar diretamente contra tal desumanização” (MARX, 1985, p. 37).

A luta contra o capitalismo, luta pela *humanização* do *Homo sapiens*, não significa transformar os homens em espectro e sua vida em vida de sonho e ilusões sobre um mundo sem sentido. Não se trata também de mitigar as penúrias da classe oprimida, improvisando sistemas e se entregando à busca de uma ciência regeneradora da consciência burguesa. Não se trata, pois, de improvisar formas diversionistas ideológicas para a classe operária. O diversionismo tem sido largamente usado como estratégia para impedir que seja discutido as grandes questões sociais e econômicas que afligem a maioria da população brasileira, desviando-se a atenção dos interessados na discussão para assuntos diferentes daqueles que deveriam ser tratados.

Por suposto, afirmar ser possível no capitalismo realizar a *emancipação do proletariado* é preconizar o capitalismo como destino e caminho único ao reino da liberdade. Nada mais falso, nada mais mentiroso. Sob o capitalismo, nas atuais condições do mercado, os operários e trabalhadores permanecerão sujeitados a vender sua força de trabalho a quem pagar mais. Ao avaro burguês ou capitalista, não importa o que o trabalhador produz desde que produza lucro certo.

No capitalismo, como comentam Marx e Engels, citado por Fernandes:

Quanto mais o trabalhador se empenha em seu trabalho, tanto mais poderoso se torna o mundo estranho, que ele cria contra si próprio, tanto mais pobre se tornam ele e seu mundo interior, e menos estes lhes pertencem. O trabalhador coloca sua vida no objeto; mas agora ela não mais lhe pertence, mas sim ao objeto. Quanto maior sua atividade, portanto, menos objetos o trabalhador possui. O que o produto do seu trabalho é, ele não é. Portanto, quanto maior este produto, tanto menos ele é. A alienação do trabalhador significa não apenas sua vida se torna um objeto, uma existência externa, mas que existe fora dele, independente dele e estranho a ele, e começa a confrontá-lo como um poder autônomo; que a vida que ele conferiu ao objeto o confronta como algo hostil e estranho (MARX; ENGELS *apud* FERNANDES, 1983, p. 150).

Para superar esse estágio de profunda alienação no qual permanecem submersos os operários e trabalhadores é preciso postular a necessidade histórica da demolição da dominação burguesa e a imprescindível edificação doutra sociedade na qual eles não serão ‘máquinas falantes’ produtivas serventes ao enriquecimento de uns poucos parasitas, mas, sobretudo, homens e mulheres *emancipados* e realmente livres para desenvolver suas personalidades de forma multifacetada.

Insisto na impossibilidade da tão controvertida *emancipação humana* enquanto o trabalho continuar sendo visto pelo trabalhador não como parte indissociável de sua natureza, mas como algo que lhe é *exterior*. Portanto, Marx e Engels escreveram que no assalariamento o trabalhador:

Não se afirma [...], mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é *trabalho forçado*. Não constitui a satisfação de uma necessidade (*a própria*), mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades (*as do capitalista*). (MARX; ENGELS, 1983, p. 162).

Se, em virtude desses arazoados, aceito que o trabalhador só se sente livre nas suas funções animais, porquanto nas funções humanas se vê reduzido à condição de besta de carga, então é possível

concluir em dois eixos: primeiro, no trabalho alienado o elemento animal torna-se humano e o humano animal; segundo, o processo de brutalização da classe operária só pode ser interrompido por um movimento social prático, por uma *revolução social*, decorrendo desse segundo eixo que a *emancipação humana* ainda que paradoxalmente, será uma consequência lógica dessa *revolução*.

A *revolução* é o coroamento da ruptura da alienação do trabalho (a “coisa em si”) e, obviamente, da demolição das bases da *auto-alienação*, à medida que denuncia:

A relação do trabalhador à própria atividade como alguma coisa estranha, que não lhe pertence, a atividade como sofrimento (passividade), a força como impotência, a criação como emasculação, a *própria* energia física e mental do trabalhador, a sua vida pessoal [...] como uma atividade dirigida contra ele, independente dele, que não lhe pertence. (MARX; ENGELS, 1983, p. 163).

Por isto, procede repetirmos, quantas vezes for necessário, o capital é a manifestação objetiva do trabalho no qual o homem está totalmente perdido para si próprio. Para o completo êxtase e realização da “síndrome de Sades” do capitalista o trabalhador deverá perder suas necessidades humanas e suas necessidades animais. (MARX; ENGELS, 1983, p. 209).

A emancipação do proletariado

Pensando com Lenin temos que a tarefa central do marxismo colocada explicitamente no *Manifesto do Partido Comunista* é ajudar à classe operária e os oprimidos em geral na luta por sua *emancipação intelectual* e por sua real *libertação econômica*. Sobre isto, Lenin fazendo uso de uma passagem de Marx em *Carta a Ruge* – datada de setembro de 1843 – aponta como tarefa da crítica marxista em sua época manter a famosa consigna: “Nós não dissemos ao mundo: deixa de lutar toda tua luta não vale nada. Nós lhe damos a verdadeira consigna da luta” (LENIN, 1981, t. 1, p. 358).

A tarefa imediata da única teoria *crítica e revolucionária*, conteúdo fulcral da *educação política* voltada a formação da *consciência comunista*, consiste em:

Apontar a verdadeira consigna de luta; em saber apresentar objetivamente a luta como produto de um determinado sistema de relações de produção; e a necessidade desta luta, seu conteúdo, o curso e as condições do seu desenvolvimento, sem perder de vista seu objetivo geral: a destruição completa e definitiva de toda exploração e de toda opressão (LENIN, 1981, t. 1, p. 358).

A par disto, devo referir que economia política se manifesta nos quadrantes desta sociedade sobre a mais escandalosa exploração / extorsão da força de trabalho urbana e rural e na corrupção moral dos agentes políticos. Nesta nessa sociedade não há liberdade para todos, não há democracia, mas simplesmente proteção dos desejos e interesses da burguesia industrial, fundiária e financeira.

Por extensão, se a educação não é para todos, mas apenas para os donos do capital, penso ser necessário abandonar, em definitivo, as ilusões, os sonhos, as quimeras e as fantasias sobre uma alternativa para o Brasil que não seja o socialismo, etapa de transição propiciada por uma revolução, ante-sala da sociedade comunista. Aceitar sem temor esta via como possível, e assumir a coerência entre a teoria e a prática política, significa “buscar elementos para a luta revolucionária” (LENIN, 1981, t. 1, p. 361).

A questão da *emancipação humana* não tem como pré-requisito único a resolução da questão fundiária ou questão da terra, mas, como apontava Marx nos *Manuscritos de 1844*, será uma decorrência

histórica da demolição do capitalismo. Sobre isto, vale lembrar as palavras de Engels localizadas no *Socialismo utópico e socialismo científico*, lembrando o socialista utópico francês Charles Fourier que, segundo ele:

Põe a nu, impiedosamente, a miséria material e moral do mundo burguês, e a compara com as promessas fascinantes dos velhos ilustradores, com sua imagem de uma sociedade na qual só reinaria a razão, de uma civilização que faria feliz a todos os homens e de ilimitada perfectibilidade humana. Desmascara as brilhantes frases dos ideólogos burgueses da época, demonstra como essas frases altissonantes respondem, por toda a parte, a mais cruel das realidades e derrama a sua sátira mordaz sobre esse ruidoso fiasco de fraseologia (ENGELS, 1981, p. 1, t. 3).

A civilização, quer dizer, a sociedade burguesa, se move num “círculo vicioso” cheio de contradições que se reproduz constantemente sem poder superá-las, conseguindo sempre precisamente o contrário do que deseja ou alega querer conseguir. Por isto:

É preciso atentar para o seguinte quadro: passado duzentos e vinte oito anos da revolução burguesa francesa, com uma velocidade cada vez mais acelerada vai se exacerbando “a divisão da sociedade entre capitalistas e proletários que nada possuem e, entre eles, em lugar do antigo tranquilo e estável, levava uma existência insegura uma massa instável de artesãos e pequenos comerciantes, a arte mais flutuante da população” (ENGELS, 1981, p. 128, t. 3).

O modo de produção capitalista deu origem, mantém e ainda hoje reproduz (1) um amontoamento de trabalhadores nos lugares mais sórdidos das grandes metrópoles, população desarraigada do seu solo natal; (2) a dissolução de todos os laços tradicionais dos costumes ou da tradição familiar; além de prolongar abusivamente o trabalho, sobretudo, em proporções aterradoras entre mulheres e crianças.

Se a abolição das classes sociais pressupõe um grau histórico de desenvolvimento social inestimável e, historicamente necessário, então:

Ao acabar com o néscio desperdício de luxo das classes dominantes e dos seus representantes políticos, será posto em circulação para a coletividade para a coletividade toda uma massa de meios de produção e produtos. Surge de um modo efetivo, a possibilidade de assegurar a todos os membros da sociedade, através de um sistema de produção social, uma existência que, além de satisfazer plenamente a cada dia mais abundantemente as suas necessidades materiais, lhes assegura o livre e completo desenvolvimento e exercício das suas capacidades físicas e intelectuais (ENGELS, 1981, p. 157, t. 3).

Nessa citação Engels explicita a essência do que inquieta e angustia – a propriedade privada dos meios de produção e dos instrumentos de produção – diante do qual a apropriação social dos meios de produção faz cessar:

A luta pela existência individual e, assim, em certo sentido, o homem sai definitivamente do *reino animal* e sobrepõe-se às condições animais de existência, para submeter-se a condições de vida verdadeiramente humanas. [...] Os homens donos por fim de sua própria existência social, se convertem em donos da natureza, em donos de si mesmos, em homens livres (ENGELS, 1981, p. 159, t. 3).

A mediação entre o homem “animalizado” e a sua real humanização é feita, não mais pelo “trabalho”, mas pela *revolução*, pela expropriação dos expropriadores, pela ditadura do proletariado, bases à edificação da sociedade comunista. A real humanização corresponde à cidadania plena, ao contrário da “cidadania” parcelar observada nas sociedades capitalistas.

A meio da conclusão

Observando a tríade humanização, trabalho, revolução, *Sponte propria* rastreei as teses de Marx sobre a *revolução social*, localizando algumas delas no opúsculo *Glosas Críticas ao artigo 'O rei da Prússia e a reforma social'*. Este opúsculo representa o ponto chave do itinerário intelectual que ainda hoje percorro e que está muito longe do seu limite, nele localizei a relação entre a sublevação dos tecelões da Silésia como marco de uma nova fase do pensamento e da obra desse autor genial, na qual ele postula a tese da *auto-emancipação* revolucionária do proletariado.

A sublevação dos tecelões da Silésia ocorreu entre 04 e 06 de junho de 1844, tendo sido considerada como a primeira grande manifestação da luta de classes do proletariado contra a burguesia alemã, marco inicial da entrada em cena da história da classe operária alemã (MARX; ENGELS, 1987, v. 4).

Após essa leitura desse opúsculo, duas questões aparecem como cruciais e sem as quais o entendimento da obra marxista fica prejudicado: primeiro, é preciso compreender que após a *revolta obreira silesiana*, Marx constrói sua crítica no estreito convívio com os movimentos insurrecionais da classe operária de seu tempo, quer dizer, a partir dela, com ela e para ela, de modo que não faz sentido separar o pensador do líder revolucionário; segundo lugar, a *revolução*, a velha toupeira que corrói as bases da sociedade capitalistas, foi intencionalmente esquecida nos discursos / análises dos marxistas de cátedra, neo-marxistas e marxólogos na história recente deste país.

Para esses pensadores a *teoria da revolução* de Marx é apenas mais um tema tributário ou apêndice da sua obra sem sentido nos dias de hoje. Portanto, historicamente ultrapassado pela globalização efetiva do capitalismo. Muito embora, paradoxalmente, o barbaça alemão tenha formulado sua teoria acerca da revolução com a globalização do capitalismo (eufemismo de imperialismo) em curso e observada por ele.

Suspeito que aceitar a *revolução* como antídoto político e historicamente determinado aos males do capitalismo e o socialismo como saída inicial e inteligente à bancarrota do capitalismo, parece ser a única via e de mão única por intermédio da qual será possível realizar a *emancipação do proletariado* e a emancipação da humanidade em geral.

Quanto à *revolução*, há passagens na obra de Marx e Engels, por exemplo, n^o *A Ideologia Alemã* que, de forma transparente, revelam o seu caráter histórico e político imprescindível à demolição do estado de sociedade existente e à superação da propriedade privada dos meios de produção; e, como conseqüência, a libertação de cada indivíduo singular será alcançada à medida que a história transforma-se completamente em história mundial (MARX; ENGELS, 1979, p. 54).

Como é da sabença da intelectualidade, Marx e Engels categóricos referem não ser a crítica, mas a *revolução* a força motriz da história e de quaisquer tipos de teoria. Mas, é preciso salientar, para não eleger o vazio como fulcro de ilações visionárias, que a *revolução* não pode prescindir dos seguintes elementos materiais historicamente construídos ou em construção:

De um lado, as forças produtivas existentes e, de outro, a formação de uma massa revolucionária que se revolte, não só contra as condições particulares da sociedade existente até então, mas também contra a própria “produção da vida” vigente, contra a “atividade total” sobre a qual se baseia (MARX; ENGELS, 1979, p. 57).

Pouco importa a pregação da ideia da *revolução* como parteira da história se os “elementos materiais não existem”, isto é, determinadas condições de existência (fome, miséria, brutalidade máxima e explícita, pilantragem e gatunagem *in extremis*, etc.), que não podem ser consideradas como anormalidades não modificáveis, perenes, imutáveis, eternas.

Apesar da *débâcle* do campo socialista, ainda hoje, para os *comunistas* permanece válida a tese defendida por Marx e Engels: é preciso revolucionar o mundo existente, atacar e transformar, praticamente, o estado de coisas que ele engendrou, até porque, as coisas já foram tão longe que os operários e trabalhadores assalariados do mundo inteiro “devem se apropriar da totalidade existente de forças produtivas, não só para alcançar a auto-atividade, mas tão somente para assegurar sua existência” (MARX; ENGELS, 1979, p. 105).

Essa apropriação, na qual parte do que foi expropriado / apropriado deve ser subsumida a cada indivíduo, entretanto, para se transformar em propriedade de todos e essa apropriação só pode ser realizada por intermédio “e uma *revolução* que, de um lado, derrube o poder do modo de produção e de intercâmbio anterior e da estrutura social, e que desenvolva, de outro lado, o caráter universal e a energia do proletariado necessária para a realização da apropriação” (MARX; ENGELS, 1979, p. 106).

Como uma revolução não ocorre por *generatio aequivoca*, é necessário criar no conjunto da classe operária a *consciência comunista*, naturalmente oriunda da transformação em larga escala dos homens e mulheres. Mas tal transformação, de acordo com a tradição marxista,

Só se pode operar por um movimento prático, por uma *revolução*; esta revolução é necessária, entretanto, não por ser *o único meio* de derrubar a classe dominante, mas também porque apenas uma revolução permitirá a classe que *derruba a outra* varrer toda a podridão do velho sistema e tornar-se capaz de fundar a sociedade sobre bases novas (MARX; ENGELS, 1979, p. 108).

Apenas a *revolução* consegue varrer a podridão do velho sistema. Destarte, considero a *revolução* como instrumento único ao desmonte das quadrilhas que controlam a economia e a política nos países capitalistas, tanto do centro quanto da periferia. Mantida a política, contras todos os trabalhadores, a *emancipação política* e a *emancipação do proletariado* ou, simplesmente, *emancipação humana* serão apenas intenções elogiosas sem fundamento, vazias.

A *revolução* é a porta de acesso à construção de uma sociedade sobre novas bases, esta nova sociedade, comunista, distingue-se de todas as outras pelo fato de submeter os fundamentos de todas as relações de produção e de intercâmbio anteriores às demandas do conjunto de todos os trabalhadores e trabalhadoras. Eis que o comunismo, como novo modo de produção da existência, representa precisamente a base real para tornar impossível tudo o que existe independentemente dos indivíduos, à medida que o existente nada mais é que o produto do intercâmbio entre os próprios trabalhadores (MARX; ENGELS, 1979).

É a *revolução* e não o trabalho o fator de mediação entre o trabalhador e a coletividade na qual estão e se desenvolvem os meios imprescindíveis para a formação multifacetada das capacidades individuais. É a coletividade, e somente nela, o lócus da exequibilidade da liberdade e das realizações pessoais.

Na condição de existência do proletário, o trabalho tornou-se, no capitalismo, acidental (ou seja, o homem não trabalha no que gosta, mas naquilo que o mercado reserva e oferece) e incontrollado, sobre o qual nenhuma organização sindical operária pode dar-lhe controle. Portanto, é a *revolução* e não o trabalho o instrumental com capacidade intrínseca para fazer o proletariado acessar, por livre escolha, o acervo cultural produzido / acumulado historicamente sem o qual a humanização da espécie *Homo*, gênero *sapiens*, e obviamente a construção da cidadania plena são apenas engodo retórico de políticos inescrupulosos.

A *revolução* pode ser entendida ainda como forma concentrada do trabalho ou trabalho libertando-se dos grilhões do capital por si mesmo, de maneira que, apontar o trabalho como redentor da humanidade ainda no capitalismo, em detrimento da *revolução* como fator indispensável ao processo histórico de *emancipação intelectual e política* dos operários e trabalhadores no tocante as relações sociais de produção capitalistas, é tecer apologia ao próprio capital. Isto porque:

A competição entre trabalhadores, devido ao aumento do seu número, se tornou maior, mais anormal e mais violenta. Conseqüentemente, parte da classe trabalhadora cai numa condição de penúria ou de fome, com a mesma necessidade com que uma seção dos capitalistas médios mergulha na classe trabalhadora (MARX, 1989, p. 105).

A *revolução socialista*, ao representar a *derrota* do poder burguês existente e a *dissolução* das velhas relações de exploração e dominação, é um ato político. Até porque, como sentencia Marx, “sem revolução não se pode chegar ao *socialismo*. Este necessita deste dito ato político, enquanto necessita da *destruição* e da *dissolução*” (MARX, 1987, p. 520).

A revolução *social* do ponto de vista da *totalidade* – ainda que se produza em *um* único país – encerra o protesto e o grito dos operários e trabalhadores assalariados extorquidos pelos capitalistas, um grito contra a desumanização de suas vidas desumanizadas, ela está além do *ponto de vista do individualismo pequeno burguês*.

Não se deve perder de vista que a alma política da *revolução socialista* consiste na *tendência* da classe carente de influência política superar o *distanciamento* histórico imposto pela classe dominante na questão do Estado e ao poder econômico.

A *revolução* na tradição da ortodoxia marxista não é um apêndice extemporâneo insepulto no meio de considerações mais gerais sobre o desenvolvimento do capitalismo e sua necessária superação a ser iniciada na transição à sociedade comunista, mas o aspecto imprescindível que une e dá sentido diferenciado à prática social e aponta o marxismo, queiram ou não, como apologia da revolução.

Não se pode, portanto, sem cometer heresia, isolar a análise científica da economia política da análise e compreensão da *revolução* como mecanismo necessário à transição do capitalismo para o comunismo. Praticar a redução do marxismo é colocar Marx, pensador e militante comunista genial, no “leito de Procústo” para reduzi-lo aos limites do academicismo tão ao gosto do intelectualismo dos acadêmicos burgueses.

Mesmo esquecendo as vinculações operárias da obra de Marx, os intelectuais:

Não brotam da terra como cogumelos, eles são frutos da sua época, do seu povo, cujas energias, tanto as mais sutis e preciosas como as menos visíveis, se exprimem nas idéias

filosóficas. O espírito que constrói os sistemas filosóficos no cérebro dos filósofos é o mesmo que constrói os caminhos de ferro com as mãos dos trabalhadores. A filosofia não é exterior ao mundo (MARX, 1990, p. 14).

Os marxista-leninistas não esqueceram o papel histórico da teoria que abraçaram e da prática social assumida, para eles é necessário revolucionar o mundo existente, aprender e transformar praticamente todas as coisas existentes. Suas ideias fluem das relações de produção e da contradição entre a propriedade burguesa e os anseios das massas trabalhadoras impedidas de ser proprietária. Impedimento assegurado pelo o direito em voga que mais não é senão a vontade da classe dominante instituída e expressa em leis, vontade cujo conteúdo é determinado pelas condições de existência materiais dessa classe.

A confirmação de que Marx, Engels e Lenin continuam corretos e a difusão de suas ideias no seio do conjunto da classe operária e dos estudantes, faz com que frequentes e agudos ataques de intelectuais orgânicos da burguesia sejam direcionados contra o marxismo que “sempre sai mais fortalecido, mais temperado, e mais ativo após cada uma das suas ‘destruições’ pela ciência oficial” (LENIN, 1977, p. 40 t. 1).

A falsificação da obra marxista tem por finalidade, em primeiro lugar, impedir que sejam desmascaradas as sutis mentiras da ideologia reacionária e, em segundo lugar, que seja dada à obra marxista seu verdadeiro valor: não um valor de dogma, como dizia Engels, senão o valor de um guia para a ação.

Há quem faça afirmações com o seguinte teor: o marxismo não penetrou na consciência social porque a realidade reage às mudanças drásticas! Ora, a *realidade* em seu sentido genérico e abstrato é mais uma alocação escolástica. A *realidade* para ser compreendida para além de mera categoria discursiva ou metafísica tem de ser desfolhada para que se percebam os pilares sobre os quais estão assentadas suas duas classes sociais fundamentais. E se for verdade esta tese, então afirmo que a França viveu / vive sua *revolução inconclusa* embora não mais sob a batuta da monarquia, mas sobre a ribalta dos salões da burguesia.

Marx foi o primeiro a explicar, na sua obra, que a existência material é o primado sob o qual se desenvolve a consciência (o subjetivo ou a subjetividade); por isto:

Era necessário salvar a dialética consciente, para integrar na concepção materialista da natureza – a natureza é a comprovação da dialética -; que nada havia de definitivo, de absoluto, de sagrado para a filosofia dialética para quem todas as coisas caducam e nada mais existe senão um ininterrupto processo do surgir e o perecer, da ascensão sem fim do inferior para o superior, de que ela própria não é senão o simples reflexo no cérebro humano pensante;

... O modo de vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual, em geral;

... A luta de classe é o motor da história;

... O que domina a sociedade capitalista é a produção de mercadoria e que ela ao acelerar o processo de automação, isto é, substituindo os operários por máquinas aumenta a riqueza num polo e exacerba a miséria no outro;

... É inevitável a transformação da sociedade capitalista em sociedade socialista, sendo o motor intelectual e moral ou agente físico dessa transformação, o proletariado educado pelo e no próprio capitalismo (LENIN, 1977, p. 4-27, t. 1).

A perspectiva de pensar a *emancipação política*, a *emancipação do proletariado* e a *revolução socialista* na obra marxista como recortes de uma realidade que insiste em não ser recortada, apenas confirma que a teoria do recorte é um obstáculo à compreensão da realidade recortada. Sob o recorte proclama-se a existência de incoerência entre a *utopia proclamada* – a emancipação humana enquanto manifestação da sociedade sem classes – e o meio à proclamação, a *revolução socialista*.

O recorte oculta a inadequação histórica do capitalismo aos interesses e demandas dos operários e trabalhadores assalariados; escamoteia a imprescindibilidade da *revolução proletária e socialista* como fator da *débâcle* do capitalismo; e nega a necessidade da introdução à edificação doutra sociedade.

Quase ao final desta diminuta polêmica necessária à compreensão de um pensamento revolucionário, convém afirmar que a crítica “não é *fin* em si, mas apenas um *meio*; a *indignação* é o seu modo essencial de sentimento, e a *denúncia* a sua principal tarefa” (MARX, 1989, p. 80).

A crítica marxista assume como imperativo categórico a derrubada de *todas as condições* em que o operário se encontra humilhado, escravizado e abandonado; “condições que dificilmente se exprimirão melhor que na exclamação de um francês, por altura da proposta de imposto sobre cães: *Pobres cães! Já vos querem tratar como homens!*” (MARX, 1989, p. 86).

A ação revolucionária, historicamente necessária e politicamente determinada, foi posta e será posta para demolir o modo de produção capitalista e fazer com que os homens passem do reino da necessidade ao reino da liberdade no qual e só no qual haverá a tão almejada *emancipação humana* e definitiva de todos os homens e mulheres trabalhadores.

Conclusão idiossincrásica

A *emancipação* é ato ou o efeito de alguém tornar-se independente, libertar-se ou, simplesmente, alforriar-se. Enquanto instituto jurídico, no Brasil, *emancipação* significa o ato que concede ao menor de 21 anos e maior de 18 seus direitos civis. Entretanto, o vocábulo *emancipatório*, tal como é predicado, por exemplo, na educação, na educação e nos esportes, não consta no vernáculo pátrio. Por suposto, ele pode ser entendido como uma determinada prática cultural com a qual os praticantes objetivam e conseguem libertar-se de algo que impede sua autonomia e a realização plena da cidadania.

Por sua vez, cidadania é a condição de uma pessoa que, como membro de um Estado, se acha no gozo de direitos que lhe permitem participar da vida política. Corriqueiramente, é a condição de quem recebeu o título de cidadão – o indivíduo que usufrui os direitos civis e políticos, individuais e coletivos garantidos pelo Estado e a desempenhar seus deveres, que lhes foram atribuídos pelo próprio Estado.

Mas se as pessoas não sabem ou não compreendem quais são os entraves históricos concretos ao exercício pleno dos seus direitos sociais, individuais e coletivos, então como é que poderão se *emancipar*: de quem, como, alforriar-se de quem e para que?

Contudo, sem educação, ainda que possa parecer um paradoxo, não haverá acesso ao conhecimento filosófico político e científico, fato que corrobora minha tese da impossibilidade da real e

efetiva *emancipação*. Sem a educação não haverá movimento μ , mas apenas parolagem estéril onde não medra a crítica.

Sem educação não há transformação revolucionária! E o que pode parecer uma contradição, na verdade é fundamental à construção da *educação política* enquanto *prática social coletiva*. A *educação política* possibilita o conhecer a historicidade das lutas sociais de classe e a compreensão refinada da possibilidade e da necessidade de edificação doutra sociedade, sem classes, socialista.

Educar politicamente alguém para o exercício da sua *emancipação intelectual* significa ajudá-lo a compreender que a fragmentação dos saberes entra em rota de colisão com a construção de uma consciência crítica e revolucionária. A fragmentação dos saberes é uma espécie de mecanismo de controle a praticar o diversionismo ideológico sob o qual o contraditório, a multiplicidade, o desacordo e o oposto existem apenas nos manuais do vernáculo pátrio.

A fragmentação resgata a dicotomia entre a prática e a teoria, de tal maneira que sem teoria a prática é apenas ativismo exasperado, e a teoria sem prática intelectualismo ou academicismo grosseiro sem fundamento e princípios éticos arraigados.

A meu critério, educar politicamente para a *emancipação* significa compreender o papel histórico da luta de todos os oprimidos contra a opressão e exploração do capitalismo imperialista; isto implica compreender a necessidade da *emancipação intelectual* dos oprimidos sem a qual será inexequível a almejada *libertação econômica*.

Educar politicamente para a *emancipação* significa compreender a necessidade de incorporar uma concepção de mundo e linha de ação *crítica e revolucionária* que, por excelência, é a única envolvida com a luta dos povos que sonham / procuram demolir o capitalismo, ao passo com a construção de outra sociedade, igualitária, comunista.

Educar politicamente é formar os indivíduos na necessidade da luta implacável contra as correntes filosóficas e pedagógicas que advogam o idealismo subjetivo e suas variações contra o materialismo dialético histórico enquanto cabedal de conhecimentos incontornáveis à formação da consciência transformadora.

Educar politicamente, como aponta um velho e conhecido jargão da esquerda de antanho, significa aprender a lutar sempre, desistir jamais, vencer talvez!

É isto o que resta a todos nós diante da ação da nova direita, nas escolas, nas ruas, nos bares e nos lares, travestida com teorias novidadeiras, insone e solerte, embalada pelos cânticos do poder surfar nas ondas *neoliberais* com uma tosca prancha fabricada pela miséria anunciada de uma época miserável.

Saudações aos que ainda lutam contra o fascismo redivivo em todos os portos do tecido social brasileiro e continuam acreditando a na possibilidade histórica de construção da sociedade justa, igualitária, comunista. Ura!!!

Referências:

BOURDIEU, P. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

- CORBISIER, R. *Introdução à filosofia, tomo II, parte Quarta: empirismo inglês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- DUARTE, N. *Vigotski e o aprender a aprender: críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- EAGLETON, T. *Marx*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- ENGELS, F. Socialismo utópico e socialismo científico. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*, em três tomos, tomo 3. Moscou: Progresso, 1981.
- HOBBSAWM, E. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LENIN, V. I. *Marxismo e revisionismo*. Obras Escolhidas em três tomos, t. 1. Lisboa: Avante!; Moscou: Progresso, 1977.
- LENIN, V. I. *Karl Marx*. Obras Escolhidas em três tomos, t. 3. Moscou: Progresso, 1977.
- LENIN, V. I. *Karl Marx*. Obras Escolhidas em três tomos, t. 1. Lisboa: Avante!; Moscou: Progresso, 1977.
- LUXEMBURG, R. *Scritti politici*. Roma: Riuniti, 1967.
- MARX, K. A questão judaica. In: MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- MARX, K. *Capítulo VI inédito de O capital*. São Paulo: Moraes, 1985.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K.; ENGELS, F. *História*. In: FERNANDES, F. (Org.). *Marx, Engels: história*. São Paulo: Ática, 1983.
- MARX, K. *Miséria da filosofia*. Moscou: Progresso, 1979.
- MARX, K. *O Capital, livro 1, v. 2 / o processo de produção do capital*. São Paulo: Difel, 1982.
- MARX, K. *Textos filosóficos*. São Paulo: Mandacaru, 1990.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Fundamentais*, v. 4. México: Fundo de Cultura Econômica, 1987.
- MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- POLITZER, G. *A filosofia e os mitos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- SAVIANI, D. Filosofia da educação: crise da modernidade e o futuro da filosofia da práxis. In FREITAS, M. C. (Org.) *A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo*. São Paulo: Cortez, 1996.
- SEVE, L. Que é filosofia? In: GARAUDY, R. et al. *Lições de filosofia marxista*. México: Grijalbo, 1966.
- TEIXEIRA, F. J. S. *Economia e filosofia no pensamento político moderno*. Campinas: Pontes; Fortaleza: UECE, 1995.

Notas:

¹ Professor Associado II da Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisador vinculado ao HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas História, Trabalho e Educação. Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas. E-mail: chicomauri@hotmail.com.